



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1005169-77.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Josimary Aparecida Orsin**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOSIMARY APARECIDA ORSIN, já qualificada, moveu a presente ação de cobrança inicialmente contra PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 14 de junho de 2010 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor equivalente a R\$13.500,00.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando ainda carência de interesse processual do autor na medida em que não há prova de requerimento administrativo devidamente instruído para recebimento da indenização, apontando ainda a falta de laudo do IML; no mérito apontou a prescrição, a falta de nexo de causalidade entre o acidente de trânsito e a situação de saúde do autor, sendo o boletim de ocorrência mera declaração unilateral, contestando ainda que a invalidez do autor seja permanente, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

Houve a modificação do polo passivo da ação, passando a figurar a *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, tendo sido instruído o feito com prova pericial médica, sobre a qual manifestaram-se as partes.

É o relatório.

DECIDO.

O despacho saneador foi claro ao apreciar as questões preliminares, rejeitando a carência da ação pela falta de interesse da autora por ausência de requerimento administrativo, bem como rejeito a falta de documento essencial à ação, por ausência de Laudo do IML no momento da propositura da ação.

No mérito, o que respeita à prescrição, ainda que se reconheça que "*A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos*" (cf. Súmula 405 do Superior Tribunal de Justiça), cumpre considerar que "*o marco inicial para que se apure o prazo da prescrição da cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT deve ser considerado a data da ciência inequívoca da incapacidade do beneficiário*" (cf. Ap. nº 5-04.2011.8.26.0577 - 34ª Câmara de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

 Direito Privado TJSP - 07/05/2012 ¹).

Além do Laudo produzido nestes autos, o único documento que poderia indicar a ciência da autora sobre sua incapacidade é datado de 23 de março de 2015, o que não permite ter-se por decorrido o prazo acima indicado, de modo que rejeita-se a exceção.

Deve-se ressaltar que, oficiado o INSS, este informa que apenas foi concedido à autora o benefício do auxílio-doença, por tempo determinado, não tendo sido concedido o benefício do auxílio-acidente, o que nos leva a inferir que a autora não poderia ter ciência inequívoca de sua incapacidade parcial.

Ainda, o laudo pericial realizado nestes autos é o instrumento correto para verificar o grau de incapacidade da autora, sendo realizado apenas em setembro de 2016, de modo que, em razão do acima exposto, não há que se falar em prescrição.

Enfim, com o laudo pericial, o feito está maduro para julgamento. No Laudo, o médico apurou uma redução da capacidade de trabalho do autor, permanente, da ordem de 2,5% e é claro ao apontar a seqüela: *“de fratura das articulações do tornozelo direito, com repercussão residual na funcionalidade do tornozelo direito”* (fls. 160).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade da pessoa do autor, para o trabalho, o laudo foi claro: *“Apresenta dano corporal sequelar parcial com perda funcional incompleta do tornozelo direito, com repercussão residual, o percentual atribuído é de 10%, de 25%, então 2,5%”* (sic. fls. 159).

Cumpra assentar que a impugnação da autora ao Laudo Pericial não procede, posto que foi claro em mencionar que a lesão resultou em sequelas no tornozelo, por isso a utilização de dos 25% da tabela, em detrimento de 50%, que seria correspondente ao pé, sendo desnecessário quaisquer novos esclarecimentos pelo perito.

Tem-se, portanto, por comprovada a invalidez total e permanente do autor, em razão de *“fratura das articulações do tornozelo direito, com repercussão residual na funcionalidade do tornozelo direito”* (sic.) resultantes do acidente de trânsito.

É, portanto, devida a indenização prevista no inciso II do art. 3º, da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com as alterações que lhe deu o art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”*.

No presente caso, portanto, devida indenização em favor do autor no valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), correspondente ao percentual de 2,5% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00.

Ademais, nos termos da Súmula nº 426, do STJ: *“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”* e da Súmula nº 580, do STJ: *“A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso”*.

Em resumo, a ré sucumbe e deverá arcar com o pagamento da indenização, conforme acima liquidado, além de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado, fixação que se faz no patamar máximo em razão de que a ré tenha se valido de teses várias, em sua totalidade já reiteradamente rejeitadas por nossos tribunais, demonstrando espírito voltado à protelação do atendimento do direito da autora, vitimada gravemente por acidente de trânsito, conforme a leitura dos autos permitiria à ré concluir e verificar.

¹ www.esaj.tjsp.jus.br


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A* a pagar à autora JOSIMARY APARECIDA ORSIN a importância de R\$337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, desde a data do evento danoso, e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 05 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
